

A VIDA DOS OUTROS: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DE SI DE EDUCADORES SOCIAIS QUE ATUAM EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

André Márcio Picanço Favacho¹, Antonio Carlos da Costa Nunes²

Resumo: Este artigo apresenta resultados iniciais de uma pesquisa de doutorado em andamento que aborda a experiência ética de educadores sociais que atuam em uma política de segurança pública no Estado de Minas Gerais, em contextos com indicadores criminais elevados. O foco do trabalho se dá no campo experiência de si, buscando responder qual a formulação ética esses profissionais fazem diante das suas práticas com jovens em contextos de violência e criminalidade. No que tange a abordagem teórico conceitual busca-se uma aproximação entre as produções sobre a experiência ética em Michel Foucault e a ética da não violência discutida por Judith Butler.

Palavras-chave: violência; experiência de si; educadores sociais.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos alguns achados preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A proposta da pesquisa é investigar as possibilidades de experiência ética de educadores e educadoras sociais que atuam em contextos de violência e criminalidade, em diversas periferias de Minas Gerais. Para isso, com base na entrevista narrativa, acessamos 6 educadores sociais que atuam com jovens de 12 a 24 anos no Programa de Controle de Homicídios (*Fica Vivo!*), desenvolvido pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. A partir de entrevistas buscamos averiguar como se constitui a experiência de si desses profissionais que atuam diretamente com a vida do outro em risco. Nesta pesquisa tomamos emprestada a noção de experiência de si do filósofo francês Michel Foucault,

1 Pedagogo, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2 Psicólogo, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Superintendente do Trabalho na Prefeitura Municipal de Contagem-MG.

buscando articular as narrativas com a dimensão ética. Do ponto de vista metodológico e analítico, essas entrevistas nos servem muito mais como um tipo de experiência possível que se constituiu entre os educadores do que como relatos psicológicos ou de ordem pessoal. Argumentamos com isso que há uma experiência de não violência sendo constituída por esses profissionais a partir de um tipo de engajamento afetivo, que sobrepõe um contrato de trabalho, orientações institucionais, ou regras do crime, para garantir a vida do outro.

No primeiro tópico, “Contexto da Violência no Estado de Minas Gerais e o Programa Fica Vivo” apresentamos alguns indicadores históricos de homicídios no contexto nacional, em especial no contexto mineiro, buscando demonstrar o panorama que justificou, no início dos anos 2000, a criação do Programa de Controle de Homicídios (Fica Vivo!). Falaremos brevemente sobre este Programa, sobretudo porque nosso interesse não é da ordem de análise institucional. No segundo tópico “Da experiência de si” abordamos a noção central da pesquisa que é a experiência de si a partir das contribuições de Michel Foucault. No penúltimo e último tópico expomos alguns achados preliminares da pesquisa e concluímos com as considerações finais.

Antes de começar é importante informar o que movimenta o nosso interesse por esses educadores. Se Foucault(2010a) constatou que a modernidade (cartesianismo) foi o início de um modo de nos “encaixotar” nas formas de sermos sujeitos (da educação, da ciência, sujeito psicanalítico, antropológico etc), para nós é muito interessante refletir sobre experiências que em alguma medida possam confrontar essas pré-formatações e, com isso, conseguir confrontar a própria história a fim de inventar novos modos de vida. No caso, a aposta que fazemos é que se estabelece um modo de existência que reconhece a vida do outro como base da experiência.

2 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS E O PROGRAMA FICA VIVO

De acordo com o relatório *Global Study on Homicide* (2023), publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Brasil apresenta uma taxa de 21,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, o que coloca o país em segunda posição na América Latina. Embora na série histórica venha apresentando um decréscimo das taxas, a situação ainda é preocupante.

A cada ano, o Brasil registra mais de 50 mil mortes decorrentes de homicídios e, de modo geral, o perfil das vítimas possui uma tendência: a maioria são jovens (entre 15 e 29 anos), negros, baixa escolaridade, moradores de periferia. É possível verificar a redução desses indicadores a partir de 2017 e, de acordo com Cerqueira *et al.* (2020), existem pelo menos três fatores que justificam essa tendência de redução. A primeira é que a população brasileira está envelhecendo e isso tira de cena um grupo propenso à autoria ou vitimização por esse tipo de crime. A segunda é a inserção de políticas

inovadoras em diversos estados a partir dos anos 2000, entre as quais o *Fica Vivo!* aparece como referência em diversos estudos.³ O terceiro elemento refere-se a mecanismos de gestão mais articulados e menos violentos do crime organizado.

No contexto mineiro, o crescimento da taxa de homicídio não foi diferente do restante do país. Os índices de criminalidade no Estado iniciaram patamares críticos a partir do ano 2000⁴. A capital do Estado seguiu essa tendência de crescimento, em especial a partir da segunda metade da década de 1990: em 1995, foram registrados 321 homicídios em Belo Horizonte, subindo para 866 em 2002 (Governo De Minas, 2009). Esses crimes foram mais recorrentes entre o público jovem, com a característica de residirem em uma mesma vizinhança, o que pode demonstrar que as mortes violentas deste público, em grande parte, estão conectadas a certos vínculos afetivos e territoriais. Luis Eduardo Soares (2005) descrevia, na aquele momento, a existência de

[...] um déficit de jovens entre 15 e 24 anos, na sociedade brasileira – fenômeno que só se verifica nas estruturas demográficas de sociedades que estão em guerra. Jovens pobres matam jovens pobres, numa dinâmica que não conhecem e não controlam, em que todos são vítimas, mesmo aqueles que ocupam provisoriamente o papel circunstancial de algoz, no círculo vicioso que os conduzirá à morte precoce e cruel. Quando completam o trânsito para a posição de vítima e, finalmente, são descartados, a dinâmica mórbida que realimenta o jogo da violência os substitui como peças de reposição e o circuito perverso recomeça (Soares, 2005, p. 246).

Em especial no caso de Minas Gerais, em decorrência do aumento da criminalidade violenta no Estado, foi constituído em 2002 um grupo de trabalho, que agregou diversas instituições para elaboração de ações integradas para a segurança pública. Dos encontros entre o Centro de Estudos da Criminalidade

3 O Atlas da violência 2021 descreve as seguintes políticas como práticas inovadoras: “O Infocrim (2000), em São Paulo; o Fica Vivo (2003) e o Igesp - Integração e Gestão de Segurança Pública (2008), em Minas Gerais; o Pacto pela Vida (2007), em Pernambuco; as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) (2008), no Rio de Janeiro; o Paraíba Unidos pela Paz (2011), na Paraíba; o Estado Presente (2011), no Espírito Santo; além de ações e planos de segurança pública municipais em cidades do Sul, de São Paulo e em alguns outros estados”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 13/10/21

4 Em 1999, a taxa de homicídios em Minas Gerais foi de 9,2 mortes para 100 mil habitantes, passando para 11,8 no ano 2000, 13 em 2001 e crescendo progressivamente até o patamar mais elevado de 22,6, em 2004. Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS): Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e base demográfica do IBGE. Ver: Ministério da Saúde/Indicadores e Dados Básicos - Brasil - 2010. <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=MS4>

e Segurança Pública (CRISP-UFMG), a Polícia Militar, a Polícia Civil, bem como outros atores da administração pública municipal e estadual, surgiu um projeto piloto no Bairro Morro das Pedras, em Belo Horizonte, baseado em uma experiência da cidade de Boston,⁵ nos EUA. Em 2003, fruto dessa aliança estratégica foi criado o Programa de Controle do Homicídios (Fica Vivo!), que mais tarde, junto com outros três programas (Mediação de Conflitos, Programa de Egressos de Sistema Prisional, Central de Acompanhamento das Penas Alternativas) deu início a uma Política Estadual de Prevenção à Criminalidade. Atualmente, essa política possui intervenção em outros 9 municípios mineiros, por meio de 27 Centros de Prevenção à Criminalidade.⁶

Em especial sobre o Fica Vivo!, desde a sua criação foram desenvolvidas inúmeras pesquisas como foco na avaliação da eficácia do Programa (Silveira *et al.* 2010; Castro, 2014; Andrade, 2007;), comprovando seu impacto na redução da letalidade juvenil. Contudo, destacamos que a discussão da alteração das taxas de homicídios precisa levar em conta múltiplos fatores, como a alteração da composição demográfica brasileira com o envelhecimento da população; as novas configurações do varejo de drogas nas comunidades; a alteração das táticas do crime organizado, que passou a lançar mãos das articulações e acordos ao invés do enfrentamento ao Estado, além de outros fatores de diversas ordens que não cabem ser discutidos aqui.

Desde o ano de 2003, o referido projeto piloto foi institucionalizado por meio do Programa de Controle de Homicídios (Fica Vivo), que tem como objetivo “reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão, nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e outros municípios do Estado [...]” (Minas Gerais, 2003). O Programa se estrutura em dois eixos metodológicos: intervenção estratégica e proteção social. O primeiro eixo propõe a articulação dos órgãos de Defesa Social e do Sistema de Justiça Criminal para o desenvolvimento de ações estratégicas integradas nesses territórios. O segundo, o da proteção social, traçou diversos procedimentos, dentre os quais se destaca a execução de oficinas, consideradas como mecanismo de aproximação e intervenção junto aos jovens. Essas oficinas são realizadas por atores comunitários com formações diversas, geralmente moradores das comunidades, denominados *oficineiros*. O Programa preconiza

5 O programa de prevenção à violência *The Boston Gun Project's – Operation Ceasefire* foi implantado em Boston em 1996, com objetivo de reduzir os crimes violentos atrelados a conflitos de gangues. Esse programa influenciou a criação de outros programas, como o *Reducing Gun Violence – Community Problem Solving*, em Atlanta, e o *Reducing Gun Violence – Operation Ceasefire* (1999), em Los Angeles (Silveira *et al.*, 2010; National Institute Of Justice, 2004, Annual Report).

6 Centro de Prevenção à Criminalidade de base local é um equipamento de base territorial, localizado em áreas de alto índice criminal. Esse equipamento público é composto por dois programas: Fica Vivo e Mediação de Conflitos. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/centros-de-prevencao-a-criminalidade>. Acesso em: 25/03/20.

que esse profissional tenha “habilidade de trabalho com os jovens que se encontram envolvidos com a criminalidade” (Minas Gerais, 2009, p. 88), que ele seja (preferencialmente) morador da comunidade na qual trabalha, que ele saiba “fazer mediações de conflitos entre os jovens” (ibidem, p. 88) e, ainda, que desenvolva um conjunto de atividades formativas nas oficinas. Por certo, ao se observar essas primeiras recomendações, seria possível inferir que o Programa busca um profissional com alguma formação especializada. Porém, o edital permanente de seleção⁷ não estabelece nenhum critério quanto ao grau de escolaridade do candidato, citando apenas que o profissional será contratado na categoria de microempreendedor individual e que terá que atender a alguns requisitos, os quais descrevemos adiante. Isso parece demonstrar que do ponto de vista institucional há uma preocupação mais centrada na vinculação e pertencimento desse profissional junto à comunidade do que uma especialidade pedagógica ou um currículo sólido.

O interesse por esses educadores vem da nossa prática de trabalho com públicos vulneráveis desde 2005. Deste encontro surgiu a necessidade de pensar pesquisas que levassem em conta a experiência ética de pessoas que atuam em contextos atravessados por regras e pressões diversas (do Estado, da comunidade, dos jovens, dos grupos ligados ao crime), tomando essas práticas em uma dimensão ética.

Embora a escolha do formulador da política pública tenha sido por nomear esses profissionais de “oficineiros”, optamos por nomeá-los “educadores sociais”, tendo em vista a maior riqueza que essa segunda categoria encontra na literatura⁸, além de percebermos que essa foi uma nomeação arbitrária desenvolvida pelo Estado, como um possível subterfúgio para separar esses profissionais de uma categoria maior e mais organizada - dos educadores sociais - ao mesmo tempo que se buscava naquela época constituir uma identidade singular do Programa e não misturá-la a outras existentes. Por outro lado, e talvez o mais significativo, comumente esses profissionais se autodenominam “educadores” ou “educadores sociais”, seja pela atuação em outros espaços de trabalho como abrigo institucional, sistema socioeducativo, por exemplo, ou mesmo pelo entendimento do trabalho que realizam nas comunidades com os jovens.

A seguir passaremos para uma discussão mais conceitual, buscando defender que está em jogo na experiência desses educadores sociais a coragem de construir uma experiência educativa voltada para a vida, mesmo que o

7 <http://www.institutoelo.org.br/site/app/webroot/files/file/EDITAL%20OFICINAS%20-%20Final%20-%202022-06-2012.pdf>. Acesso em: fev 2022.

8 É comum na literatura encontrar nomeações múltiplas para os educadores sociais, como “arte-educadores, oficinairos, artistas populares, artesãos, mas são também professores, advogados, sociólogos, cientistas sociais, psicólogos, pedagogos, trabalhadores sociais, historiadores, geógrafos [...]” (Godotti, 2012, p. 12).

contexto seja fortemente marcado pela morte, pelo crime e pela violência de forma geral, incluindo o próprio corpo, a própria vida nessa múltipla trama das violências que são um forte elemento de constituição de nós mesmos (Butler, 2015).

3 DA EXPERIÊNCIA DE SI DOS EDUCADORES

Foucault (1984; 1985; 2020) se valeu da noção de experiência diversas vezes em sua obra. Em muitos momentos dizia que havia feito a história da experiência da loucura, da experiência das prisões, da experiência da sexualidade, da normalização etc. De modo que, de fato, o filósofo havia criado pelo menos duas formas de pensar a noção de experiência. Uma que se ocupava com as divisões que os discursos criavam entre os indivíduos, isto é, separando quem era normal ou anormal, louco ou são, delinquente ou correto, e assim sucessivamente. Timothy O’Leary (2012) nomeou essa separação de experiências fundadoras ou experiências de corte. São experiências de corte porque em razão de certos discursos e de relações de poder passamos a ver os sujeitos de forma diferente. O louco, por exemplo, a partir do século XVII deixa de ser visto como um ser dotado de um excesso de razão e passa a ser concebido como um ser sem razão. São de corte também porque, nesse processo que altera a forma como concebemos um sujeito, o discurso coloca o sujeito excluído como um algo que passa a funcionar como um exterior a ser evitado, tornando um inimigo social.

Embora essa forma de pensar a experiência fosse potente, Foucault percebeu que era necessário deixar mais claro - eis aí a segunda maneira de conceber a noção de experiência -, que uma experiência não é apenas a forma de como passamos a perceber uma realidade ou um sujeito, é, antes, a história dos jogos de verdade em que o sujeito está submetido, participando de uma trama complexa entre saberes, poderes e relações consigo mesmo, definindo o que o sujeito deve ou não pensar, deve ou não saber, deve ou não falar, deve ou não sentir. Daí porque a experiência é histórica, e não transcendental, uma vez que essas formas de pensar, falar, saber e sentir são próprias de cada tempo em suas múltiplas relações com os homens, com as coisas, com o mundo e consigo mesmos.

Assim, nos escritos de 1980, Foucault dará uma guinada significativa nessa segunda noção. Nessa nova empreitada, o autor toma o sexo no mundo grego antigo como parte essencial da sua obra, desafiando aos pesquisadores a fazer a história das moralidades não mais guiadas pelos códigos, e sim em querer saber “como [nos tornamos] sujeitos morais das nossas próprias ações” (Davidson, p. 163, 2016). Nesse sentido, a questão da experiência não está mais numa divisão, ou numa constituição histórica que nos produz de uma maneira ou de outra. Da mesma forma, não está focalizada nos códigos de conduta ou códigos morais. Inspirado nas atividades sexuais do mundo grego antigo, a pergunta colocada por Foucault naquele momento é a seguinte:

De que maneira, por que e sob qual forma a atividade sexual foi constituída como um campo moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade? Por que essa problematização? E, afinal, é esta a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos e das representações: definir as condições nas quais o ser humano problematiza o que ele é, e o mundo no qual ele vive (Foucault, 1984, p. 17).

Foucault (1984) enxergou nas práticas sexuais do mundo grego antigo uma possibilidade de problematização que estava muito mais voltada pela forma de conduzir a vida, de cuidado para o indivíduo não tornar-se escravo dos prazeres, importando menos os códigos, regras de conduta, ou o que se deve ou não fazer sobre a vida.

Na leitura de Arnold Davidson, em suas pesquisas, estima ser possível pensar essa fase de duas maneiras: a primeira é pela via da história das subjetividades e, a segunda, por meio da história da governamentalidade. Isso seria, de acordo com o autor,

um nova maneira de fazer a história da subjetividade: não mais, contudo, por meio das divisões entre os loucos e aqueles que não são loucos, os doentes e aqueles que não são doentes, os delinquentes e aqueles que não são delinquentes; não mais por meio da constituição do campo da objetividade científica que dá origem ao sujeito que vive, fala e trabalha. Mas antes pelo estabelecimento e pelas transformações, em nossa cultura, das “relações de si para consigo”, com sua couraça técnica e seus efeitos de conhecimento. E assim se poderia tomar sobre outro aspecto a questão da “governamentalidade”: o governo de si por si em sua articulação com as relações para com os outros (conforme isso é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição de modelos de vida etc.) (Davidson, 2016, p. 164).

Nesse caminho, a governamentalidade está ligada às formas de governo que o cuidado consigo mesmo pode gerar ao ponto do prazer não ser um elemento de servidão do indivíduo, ao passo que os processos de subjetivação consistem na necessidade de realizar um trabalho sobre si, propiciando a construção um estilo de existência específico.

Ainda se faz mister destacar alguns elementos centrais na noção de experiência de si em Foucault. Como explicitou Favacho (2018) em outro texto, o “si” para Foucault, nada se relaciona com aspectos psíquicos ou transcendentais dos sujeitos, sobre isso “o sujeito se constitui a si mesmo, dentro de formas determinadas, tanto como sujeito como assujeitado a certa verdade a fim de subjetivar-se” (Favacho, p. 40). A experiência de si é na verdade uma outra forma de se falar da experiência ética, isto é, a experiência de si requer

um trabalho sobre si, um trabalho que não prescinde do outro como relação para esta construção, é antes um “processo de formação que requer técnicas, discursos, orientação de um “mestre”, enfim, pressupõem um trabalho ético” (Favacho, p. 41).

Nos volumes II, III e IV da história da sexualidade, Foucault nos fornece uma série de elementos sobre esse tipo de experiência, bem como uma possível metodologia de trabalho. Sabemos que Foucault sempre se preocupou em criar instrumentos que se adequassem aos seus objetos de pesquisa. Nas palavras do autor:

Eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] Procuo corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir, e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio (Foucault, 2006, p. 229).

No início no volume II da História de Sexualidade, Foucault pensou em quatro modalidades de problematização ética para os estudos da experiência de si, são eles: a) substância ética, b) modo de sujeição, c) elaboração do trabalho ético e d) *teleologia*.

Foucault chamará de substância ética aquela parte essencial da problematização moral, é “a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral” (Foucault, 1984, p. 34); O modo de sujeição seria o meio pelo qual o sujeito se vincula a essa substância e se compromete com todas as suas forças à colocá-la em prática; o trabalho ético tem haver com o exercício, com as maneiras pela qual o indivíduo coloca-se ao trabalho para que uma determinada moral escolhida consiga de fato ser estilizada. Por último, a teleologia é a finalidade de um comportamento moral, é “o modo de ser que alguém tem como meta ao agir eticamente” (Davidson, p. 163, 2016), visto que o objetivo de uma ação moral se inscreve em algo maior, ou seja, constituir “um certo modo de ser característico do sujeito moral” (Foucault, p. 36, 1984). Sobre estas quatro formas de problematização moral, Davidson (2016) irá sugerir que as coloquemos como aquilo que estabelece um estilo de vida. Na leitura deste autor, Foucault não coloca a dimensão do estilo de vida nestes termos, no entanto, na visão de Davidson essa é uma grade de leitura possível para pensar os elementos apresentados na filosofia antiga. Nas palavras dele

O estilo de vida de alguém, conforme especificado por um determinado conteúdo e por uma trama de cada um desses quatro componentes, dá expressão à relação do sujeito consigo mesmo. Indicar qual parte de si mesmo alguém julga, como alguém que

se relaciona com as obrigações morais, o que alguém faz para se transformar em um sujeito ético, e que modo de ser alguém visa realizar é indicar como esse alguém vive, é caracterizar o estilo de vida desse alguém (Davidson, p. 172, 2016).

Trata-se, portanto, de colocarmos em análise uma forma específica de constituição da conduta moral, focalizada “não simplesmente a ações sempre conformes com valores e às regras, mas também a um certo modo de ser característico do sujeito moral (Foucault, 1984, p. 36).

Assim, Foucault nos deu pistas de como caminhar em nossa pesquisa, isto é, nos ajudou a compreender a experiência ética dos educadores sociais, encorajando-nos a compreendê-la como uma experiência de si que pode ser construída dentro de contextos em que a violência, o crime e as drogas ditam as regras.

4 ACHADOS DA PESQUISA

Em primeiro lugar é importante apresentar um perfil, mesmo que genérico, do público pesquisado. Porém esse perfil não tem o interesse de ser exaustivo, nem tampouco demonstrar particularidades de pessoas específicas. Isso se dá, conforme discutido, em virtude da metodologia de trabalho escolhida, cuja prioridade é o recorte na experiência de si, em que não estamos preocupados em descrever perfis psicológico ou sociais, mas, muito mais, em demonstrar como se constitui a experiência ética de educadores que atuam em contexto de violência e criminalidade. Pois bem, fazemos essa descrição do seguinte modo: 1. são educadores e educadoras sociais, que por meio de uma nomeação do empregador recebem o nome de “oficineiros”, porém muitos deles se identificam como educadores; 2. são profissionais que atuam em uma política de segurança pública. Isso requer um traquejo muito grande na prática de trabalho, visto que, se olharmos mais de perto essa é também a alocação institucional das polícias Civil e Militar, as quais por muitas vezes se apresentam nas comunidades periféricas como um dos braços mais violadores do Estado; 3. inserem-se em uma subárea da segurança pública, nomeada como prevenção à criminalidade, o que sugere que existirá uma atuação que se não garantir, ao menos irá coibir ou redirecionar uma pessoa disposta a cometer um crime; 4. Essa prevenção não é a mesma que a polícia nomeia como prevenção, pois seu foco está em outro tipo de intervenção baseada nos vínculos afetivos; 5. Atuam em um programa que popularmente é conhecido pelo nome Fica Vivo!, o que demonstra um hiperativo que coloca nos adolescentes e jovens a responsabilidade de se manterem de pé, de ficarem vivos, de se manterem vivos mesmo diante dos riscos da morte, ou seja, trata-se de uma espécie de convocação da política pública para que a vida seja mantida, mas colocando a responsabilização no usuário da política. O enunciado poderia dizer: “nós faremos de tudo para que vocês fiquem vivos, para que a sua vida valha a

pena". *Fica Vivo!* é a marca de um programa de segurança pública, mas é também, na nossa leitura, um elemento que parece de ordem biopolítica; 6. Esses profissionais atuam e residem em territórios com altos índices de taxas de homicídio, geralmente onde nasceram ou vivem por longos períodos; 7. É recorrente entre esses profissionais um perfil de baixa ou média escolaridade; 8. Os entrevistados eram pretos ou pardos (foram entrevistadas 3 pessoas do sexo masculino e 3 do sexo feminino); 9. Todos os educadores sociais entrevistados já passaram por processos de violência graves ou gravíssimos ao longo de suas histórias; 10. A maioria assume posição de liderança comunitária; 11. A atuação extrapola a prática pedagógica, visto que muitas vezes são convocados para atuar no risco de homicídio, na retirada de um adolescente da comunidade, na negociação com o crime, enfim, há uma série de atividades que requerem outras habilidades além daquelas pertinentes ao ofício ensinado.

Em segundo lugar, o encontro com os sujeitos da pesquisa tem nos demonstrado que o engajamento com a vida do outro é a problematização moral que ancora essas práticas. Parece existir nessa experiência algo potente, da ordem da constituição afetiva, que estes educadores estabelecem com o público do Programa, funcionando como forma de engajamento. Na expectativa do contratante - O Estado - esse profissional tem horas a cumprir com suas oficinas, mas o que acontece na realidade é que eles permanecem tão envolvidos com os adolescentes e jovens ao ponto de estabelecerem laços para além das atividades, laços que se propagam pelo cotidiano, como acompanhar o público nas horas de lazer, ou nos conflitos que estes apresentam. Esses laços afetivos, por outro lado, seja para a moral comunitária, para o "tribunal do crime", ou para o Estado, o valor da vida de determinados adolescentes e jovens é relativa. Como diz Butler (2021) há vidas que por não serem reconhecidas como vidas não serão dignas de luto. Isso coloca em operação por parte do Estado uma dimensão bionecropolítica⁹, para o usar os termos de Mbembe (2020) e Foucault (2008; 2008b), ou seja, sobre determinadas vidas tudo vale a pena para se atingir determinados objetivos, mesmo que seja deixá-las morrer ou mesmo determinar a sua morte. Essa concepção bionecropolítica, não escapa da moral comunitária e da moral do crime. Como vimos em algumas das entrevistas

9 Alguns pesquisadores têm usado a junção em uma única palavra das noções de biopolítica, sugerida por Foucault e, necropolítica, formulada por Mbembe, tornando-se então *bionecropolítica*. A primeira vez que ouvimos essa junção dos termos, foi em uma *live* promovida pelo Programa de Pós Graduação da UERJ, com palestra do professor Silvio Gallo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DMkJYz96ADk> Acesso em: maio/2021. Seguimos na mesma direção desses autores, apostando que há uma relação potente entre essas duas noções.

existirão vidas que não farão mais sentido, ou que merecem ser apagadas por ter descumprido, por exemplo, algum código moral do crime local¹⁰.

Se a vida vale pouco, intuímos que a problematização ética desses educadores é a questão da vida, especialmente da vida do outro. A vida do outro é um ponto de conexão com a própria vida daquele que educa. É como se algo dissesse a esses educadores “o que me move na minha prática é que a vida das pessoas que eu atendo são dignas de luto, importam!”. Isso quer dizer que na prática moral desses educadores a dimensão da vida do outro é central e isso será o ponto de trabalho, de modelagem, de posição frente a determinadas situações e de constituição de um estilo de vida.

Terceiro ponto. Qual a posição ou modo de sujeição essa experiência parece modelar, se entendermos que a problematização central é a vida do outro? Retomemos: o modo de sujeição está na “maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática” (Foucault, 1984, p. 36). Com o sujeito que acessamos nos pareceu que sua posição é do reconhecimento da interdependência entre a vida do educador social e do público que atende. É preciso lembrar que todos os educadores sociais entrevistados têm em comum, pelo menos, o fato de terem tido vidas atravessadas por processos de violência, de residirem em locais de moradia semelhante, de terem vivenciado processos de perdas semelhantes. Porém isso de nada valeria se a condução ou a resposta diante dessa memória de violência fosse também traduzida em atos de violência ou de não reconhecimento do outro que de alguma forma é violado. Dessa forma, ao que parece, essas memórias se consolidam em uma posição de reconhecimento da interdependência com a vida do outro.

De acordo com Butler (2019) um ponto fundamental para o reconhecimento da interdependência é compreendermos nossa condição de precariedade - para ela todos temos de uma maneira ou de outra um pé na precariedade -, bem como mudando nossa perspectiva política sobre o luto. A percepção da precariedade, reconhecendo que em alguma medida estamos na vida subjugados a precariedade, demonstra que é preciso que exista determinadas condições que nos permitam sobreviver, o que nos coloca em alguma medida a necessidade de constituição de determinados laços sociais, que nos assegura a condição menos precária. Do mesmo modo, é preciso deslocar o luto de uma dimensão privada, pois tomado de outra maneira

10 Alguns exemplos disso. O “derrame” de droga como é chamado, ou seja, perder a droga é motivo de violência física ou de extermínio, dependendo da regra de um determinado grupo criminoso. Outro exemplo, ter tido um ato de denúncia, ou comentário sobre uma atividade ilícita - tornar-se X9 - é motivo de sanção ou extermínio. Isso tudo vai depender das regras do território, mas o que interessa aqui é observar que esses valores são extremamente fluidos e colocam a vida do outro em plena relatividade.

[...] o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiro ao trazer à tona laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o 'nós' é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra (Butler, 2019, p. 43).

É, portanto, esse reposicionamento sobre o luto e sobre a precariedade que reforça nossa dimensão de interdependência que vemos no caso desses educadores como uma posição que estes assumem diante da vida para não abrir mão, para reafirmar a problematização moral que colocam em jogo nessa experiência. Em *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Butler (2015) irá discutir a situação fantasiosa contra o terror nos Estados Unidos, na busca de encontrar inimigos sobre os quais o título de terroristas pudesse justificar o banimento de direitos, de justificar que esses corpos não são vidas dignas, é o mais claro exemplo da perda da interdependência. Deste modo, a bionecropolítica aparece como uma tática de guerra que pressupõe o oposto, ou seja, a independência do outro, visto que o outro me coloca em risco, o outro é o inimigo, o outro é mais que um corpo, é uma população sobre qual é possível gerir a vida e, no grau mais absurdo, essa população, se morrer não fará diferença, porque não é composta por corpos enlutáveis.

Por outro lado, afirma a autora uma hipótese em *Corpos em aliança e a política das ruas, de que* "modos de reconhecer e mostrar certas formas de interdependência têm a possibilidade de transformar o próprio campo do aparecimento"(Butler, 2018, p. 33). Essa hipótese pode ser lida a partir da percepção de que é no reconhecimento da interdependência que criamos um campo de enfrentamento a essas formas de bionecropolítica, um enfrentamento que assume uma dimensão ética. Nas palavras da autora:

Eticamente falando, tem que existir uma maneira de encontrar e forjar um conjunto de ligações e alianças, de ligar a interdependência ao princípio do igual valor, e fazer isso de uma forma que se oponha àqueles poderes que alocam a condição de reconhecimento diferencialmente, ou que interrompa sua operação tida como certa. Uma vez que a vida é entendida como igualmente valiosa e interdependente, certas formulações éticas resultam daí (Butler, 2018, p. 33).

A frase da autora pode ressoar em algum sentido com uma dimensão meramente utópica. Porém é preciso reconhecer que ao colocar a perspectiva ética supõe-se uma utopia (Rodrigues, 2020) atualizada em que se reconhece ou se busca reconhecer as vidas como igualmente valiosas e interdependentes, mas que isso só se torna um campo de possibilidade a partir da dimensão ética, ou seja, é preciso que haja implicação, resistência, luta, sobre essas perspectivas

que fazem da vida - de algumas pessoas - uma não vida. Por essa razão nos parece que uma experiência ética pela não violência - pelo menos por esses educadores sociais - sustenta-se pelo menos por duas perspectivas: a defesa da vida do outro como problematização ética e a interdependência como posição fundamental para cumprir essa problematização.

Quarto ponto. Embora não exista um reconhecimento teórico conceitual por parte dos educadores e educadoras sociais pesquisados sobre a pedagogia social, quando cruzamos o saber produzido deste campo com as práticas desses profissionais, podemos considerar que parte dessas práticas de trabalho estão contidas neste saber. Porém, a atuação do educador pesquisado sobrepõe aspectos epistemológicos deste campo ao demonstrar que a vinculação histórica com os territórios que atuam se configura como um dos principais elementos que gera a condição de possibilidade para intervenção em situações de alto risco, como por exemplo mediar uma situação com o tráfico de drogas sobre uma penalidade determinada. Desse modo é uma prática ligada a uma experiência de agir, gerida a partir de um saber que se constitui ao longo da vida, a partir das vivências e não por meio de um saber institucional/metodológico ou um saber acadêmico, por exemplo. Certamente um delineamento metodológico e outros saberes, inclusive o acadêmico, podem ser acionados, mas estes não emergem com maior importância. Isso pode nos demonstrar que a história de vida formatou um estilo tal que opera como guia da existência, ou seja, é preciso saber intervir, o momento, os limites entre o que conversar com o Estado ou com o tráfico, o limite da intervenção com os jovens em risco, por exemplo. Vemos nessa experiência uma espécie de autorregulação (*autopoiesis*) da maneira como se conduz a vida. Essa noção tomamos emprestada da biologia de Maturana e Varela (1997) e em nada tem haver com passividade ou autodeterminação. Nesta noção, um corpo biológico qualquer (planta, organismo, a terra, etc) age a partir de uma provocação que vem de outro corpo construindo um processo de transformação auto-organizado. Nesse caminho, "O que está colocado é que o indivíduo, frente aos estímulos, acaba por transformá-los ativamente, segundo suas próprias exigências (Maturana; Varela, 1997, p. 48), fazendo dessa relação um movimento de criação. Portanto, nossa consideração é que a experiência ética destes educadores se constitui dos encontros, afetações, processos de violação, vínculos estabelecidos, histórias de vida, dentre outros pontos que fazem com que quando a situação de risco, ou a necessidade de intervenção aparece, todo esse repertório é atualizado. É possível pensar que grande parte dessa produção só acontece porque há no enquadramento da violência um estímulo que coloca os educadores na decisão de escolher pela passividade ou pela vida do outro.

Porém, nos parece que essa *autopoiesis* está intrinsecamente ligada à elaboração de um trabalho ético sobre si mesmo, de exercícios sobre o corpo, para que essa problematização seja de fato garantida, ou seja, assumida uma posição de verdade nesse modo de subjetivar-se. Foucault(1984), explica que

a austeridade sexual deveria ser elaborada através de “um longo trabalho de aprendizagem, de memorização, de assimilação de um conjunto sistemático de preceitos e através de um controle regular da conduta” (p. 36). O pensamento sobre a austeridade sexual pode nos servir como exemplo de que uma ética demanda trabalho pesado sobre a aprendizagem, memorização, decifração, combate etc. Nesse aspecto, encontramos no nosso estudo alguns indicativos sem os quais não seria possível garantir a vida do outro nem a própria vida, são eles: a) memória, trânsito e risco.

A memória, o exercício da memória, aparece como elemento de retomada da história de vida. Ter as passagens por processos de violação, pelo envolvimento criminal constitui ao longo da vida uma espécie de repertório sobre o qual se pode colocar em jogo, ou melhor, sobre o qual é preciso estar sempre atento para se manter também vivo. Quanto ao trânsito, refere-se a esse exercício cotidiano de transitar por pelo menos três territórios morais sem ser contaminado. O que isso quer dizer? Quer dizer que é preciso fazer um exercício cotidiano de diálogo, abandono, ver o que precisa ser visto, negar aquilo que é possível de ser negado dentro dos territórios morais trazidos pelo Estado, pela comunidade e pelo tráfico. Ser próximo demais ao Estado fere a relação com o tráfico e com a comunidade. Ser próximo demais do tráfico incompatibiliza o vínculo de confiança com boa parte da comunidade e se torna perigoso demais se relacionar com o Estado. Ser próximo demais da comunidade iria requerer em certa medida um conflito tanto com o Estado quanto com o tráfico, visto que cada um desses dois possuem regras muito formatadas, sobre as quais é muito complexo desafiar. Quanto ao risco, perguntamos: até que ponto é possível entrar na frente de uma arma quando o tráfico decide por um justicamento? Até que ponto é possível ou preciso estabelecer um diálogo com a polícia militar? Qual risco se impõe quando um educador se exime de cumprir uma ordem do empregador. Verificamos com isso que há um conjunto de elementos de cálculo sobre os quais o risco estará em jogo.

Diante desses indicativos de atuação dos educadores sociais, intuimos que memória, trânsito e risco podem ser os três exercícios morais diariamente praticados por esses educadores. Esses exercícios parecem funcionar por hora dentro desse mecanismo autopoiético ao qual nos referimos, mas em outros momentos, como processo reflexivo moral. Diante disso, esses exercícios são aquilo que fortalece a problematização da vida do outro como uma vida enlutável.

Quinto ponto: que finalidade essa experiência constitui, que modo de vida é possível de ser modulado? Na moral grega antiga, Foucault (1984) nos explica que o domínio sobre a sexualidade, ou melhor, sobre os prazeres, tinha a finalidade de constituir um sujeito da liberdade. Na perspectiva da moral cristã a busca de uma hermenêutica do sujeito com o intuito de mortificação da carne (Foucault, 2020). No caso da experiência desses educadores constituiu-se

em salvaguardar a vida do outro que é fazer com que a própria história de dor, dor da violência, das violações, seja revertida em um encontro de vida.

5 CONCLUSÃO

Este artigo buscou apresentar alguns resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em andamento em uma universidade pública. Defendemos inicialmente que esses educadores sociais constituem sua experiência de vida e trabalho a partir do engajamento afetivo, sobrepondo um contrato de trabalho, orientações institucionais, ou regras do crime, para garantir a vida do outro.

Ainda nos resta uma caminhada analítica mais aprofundada, mas os levantamentos iniciais da pesquisa têm nos demonstrado que a problematização central dessa ética é que a vida do outro merece ser vivida, que a vida desses jovens que tantas vezes são consideradas como não vidas devem sim ser dignas de luto. Em segundo lugar, vimos que para se atingir essa problematização estes educadores sociais posicionam-se pela interdependência. Com isso recorreremos a um conceito importante na filosofia de Judith Butler, demonstrando que essa noção não prescinde de uma nova forma de reconhecimento do luto, tomando-o a partir de uma dimensão política e da coletividade. Ao mesmo tempo requer compreender que a precariedade é um elemento de todo corpo vivo e que a luta a ser travada é pelas condições de existência ou pela construção de uma rede de sustentação de uma vida. Vimos ainda que essa experiência precisa de exercícios para ser vivida, elencamos a memória, o trânsito e risco como três modos de exercícios sobre si. Por último, concluímos que a finalidade dessa experiência é transformar a dor da vida em uma possibilidade de vida. A vida do outro com o direito de ser vivida é a própria vida que se faz valer viver. A vida dos outros é, neste sentido, a nossa própria vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mônica Viegas; PEIXOTO, Betânia Totino. **Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20311.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BUTLER, J. **Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio Lamaro e Arnaldo Marques da Cunha. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas –Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução Andreas Lieber. Revisão técnica Carla Rodrigues. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **A força da não violência: um vínculo ético político**. 1. ed. Belo Horizonte: Boi Tempo Editorial, 2021.

CASTRO, Talita Egevardt de. Avaliação de impacto do Programa Fica Vivo! sobre a taxa de homicídios em Minas Gerais. **Locus**, Viçosa, MG, 2014. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6344>. Acesso em: 10 ago de 2021.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 06 ago. 2021.

DAVIDSON, ARNOLD I. Ética como ascese: Foucault, a história da ética e do pensamento antigo. In.: GUTTING, Gary; Foucault. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.

FAVACHO, A. M. P. **Experiência de si e docência**. In: ANDRADE, A. P. Formação, discursos e experiências docentes. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. São Paulo: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. São Paulo: Graal, 1985.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **História da sexualidade IV: as confissões da carne** [recurso eletrônico]. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios - Revista do ppgav/eba/ufRJ*, Rio de Janeiro, n. 32, dezembro, 2016. Disponível em <https://revistas.ufRJ.br/index.php/ae/article/view/8993> Acesso em: maio de 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 43.334, de 20 de maio de 2003. Cria o Programa Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais**. Minas Gerais, Diário do Executivo. Belo Horizonte, 21 de maio 2003. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-43334-2003-minas-gerais-cria-o-programa-de-controle-de-homicidios-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MINAS GERAIS. **Prevenção social à criminalidade: a experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/b093f9a005ea9a041a5d8b54d8d46d6f.pdf>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

NATIONAL Institute of Justice, 2004. **Annual Report**, NCJ 209274: 27–29. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/209800.pdf>. Acesso em: 27/10/2019.

O'LEARY, Timothy . Foucault, experiência, literatura. **Antíteses [en linea]**. 2012, 5(10), 875-896[fecha de Consulta 17 de Abril de 2024]. ISSN: 1984-3356. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193325796019> . Acesso em jan. 2021.

SILVA, B. F. A. *et al.* Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil; **R. bras. Est. Pop.** 2018; Belo Horizonte, 35 (2): e0059, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/3wRGRpq7ZNDWczVVF6mk5SK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 set 2021.

SILVEIRA, Andreia M. *et al.* Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. **Rev Saúde Pública.** 4(3):496-502, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000300013> . Acesso em: 20 set. 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. MV Bill. ATHAYDE, Celso. **Cabeça de Porco**. São Paulo: Editora Objetiva. 2005.